



ARTE E SUAS INSTITUIÇÕES

XXXIII COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

Organização

Ana Cavalcanti

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

Maria de Fátima Morethy Couto

Marize Malta

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Setembro 2013





Sobre a imagem da capa: Trabalho de CARLOS ZÍLIO - "Rubens on the beach II, 2007, óleo e bastão de óleo sobre tela, 140x180cm".

As maquetinas dos Humildes como representação do universo religioso feminino

Luiz Alberto Ribeiro Freire - Bolsista CNPQ 2 - Professor da EBA/UFBA

Resumo: As maquetinas, altares em papéis dourados recortados e vazados e outros materiais, produzidas pelas religiosas do Recolhimento de N. Sra. dos Humildes em Santo Amaro da Purificação, Bahia, no período que abrange o século dezanove e parte do vinte, suscitam uma série de inquietações ao pesquisador, inquietações estas que afetam aspectos como a identificação de gênero, pois essa atividade artística era predominantemente feminina. Conquanto seus materiais e técnicas (papel, tesoura, recorte, colagem, assemblagem) não fossem estranhos às artes socialmente reservadas às mulheres no século dezanove, o motivo, retábulos de altares, era mais praticado pelos homens, pelo menos quando o material era a madeira e a técnica o entalhe.

Palavras-chave: Maquetinas, Bahia, século XIX, Humildes, feminino.

Abstract: Sacraria, altars covered with gold paper cut-outs and other materials, produced by the nuns of the Our Lady of the Humble Convent in Santo Amaro da Purificação, Bahia, in the nineteenth and part of

the twentieth century, raise a number of questions in the scholar's mind. These questions include aspects like gender identity, because this artistic activity was predominantly feminine. While the materials and methods (paper, scissors, cut-outs, glue, assembly) are not foreign to the arts socially reserved to women in the nineteenth century, the motif – altarpieces and altars – was considered the province of men, at last when the material was wood and the technique, woodcarving.

Keywords: Sacraria, Bahia, 19th century, Convent, Gender.

Durante o século XIX e parte do XX a comunidade do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes em Santo Amaro da Purificação, Recôncavo baiano, produziu entre outras artes, uma que muito se destaca pela singularidade e elevado grau de elaboração, trata-se das maquiuetas, altares de papel dourado recortado e vazado que reproduzem um retábulo encerrado em caixa de vidro com fundo de papelão. A manufatura dessas maquiuetas era realizada por irmãs do Recolhimento e nos suscitam questionamentos acerca das relações de gênero, características da feitura e usos dessa arte na comunidade local e regional.

A posição social da mulher no Brasil dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX era de inteira submissão e dependência da figura masculina representada pelo pai, irmãos e após o

casamento, do marido. Quando faltava a figura masculina a vida das mulheres era muito dificultada. A Coroa portuguesa não fomentava a fundação de conventos femininos, nem de recolhimentos, pois havia interesse em que as poucas mulheres brancas existentes na colônia se casassem com homens brancos e garantissem uma prole também branca. Era preciso fortalecer a elite colonial. Apesar dessas restrições, grande parte das ordens religiosas femininas e dos recolhimentos foram estabelecidos na Bahia no século XVIII.

Maria José Andrade constatou que na Bahia, entre o século XVII e o XIX foram criadas sete instituições religiosas para recolhimento de mulheres. Assim caracterizadas:

1. Recolhimento destinado a meninas orfãs ou moças de classe média. Aí através da convivência com mulheres virtuosas e com o apoio da igreja, estas moças iam assimilando bons hábitos e sob o financiamento da instituição preparavam-se para o casamento ... Recolhimento do Santo Nome de Jesus - 1716 (administrado pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia).

2. Recolhimentos que visavam abrigar mulheres “transviadas mas arrependidas” ou mulheres “moralmente erradas com desejo de regeneração”. (Recolhimento de N. Sra. da Soledade – 1739 e o de São Raimundo – 1755) “destinava-se a mulheres brancas e cristãs velhas, que havendo declinado no caminho da honestidade, poucos passos, se convertessem verdadeiramente sem fingimento, a Deus Nosso Senhor, e voluntariamente quisessem viver nele em Santos exercícios de penitência, oração e mais atos do Serviço do mesmo Sr.”. Poderia ainda este Recolhimento “abrigar moças donzelas e honestas, órfãs de pai e mãe, que quisessem fugir às tentações do mundo, contanto que fossem “brancas e sem eiva de sangue judaico”.

3. Havia Recolhimentos, cujas mulheres, além de dedicarem-se à vida religiosa e contemplativa deveriam ainda cumprir uma missão educativa, como por ex. Os Recolhimentos do Bom Jesus dos Perdões em Salvador e o de N. Sra. dos humildes em Santo Amaro da Purificação.

O primeiro fundado em 1723 “para abrigar mulheres desejosas de uma vida penitente”. Já o segundo com licença real de 1813, teve seu primeiro estatuto em 1817.

4. Existiam ainda na Bahia Recolhimento para mulheres que desejavam uma vida mais piedosa no oração e na penitência. Algumas eram viúvas ou mulheres abandonadas pelos maridos. Muitas, neste caso, viviam sem hábito e sem observância a estatutos específicos. Geralmente funcionavam nas próprias residências de uma das pretendentes e nunca conseguiram patrimônio suficiente para se tornarem públicos. São os menos conhecidos.¹

O Padre Inácio dos Santos Araújo recebeu licença de Sua Alteza Real, concedida através de Resolução de 11 de outubro de 1813, para fundação e dotação de um Recolhimento na Vila de Santo Amaro, Arcebispado da Bahia, para 20 mulheres seculares que se ocupassem com o ensino e educação de meninas. (Figura 1)



Figura 1 - Igreja e Convento do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, Santo Amaro da Purificação, Bahia.

¹ ANDRADE, Maria José de Souza. ANDRADE, Maria José de Souza. Os recolhimentos baianos – seu papel social nos séculos XVIII e XIX, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 90, 1992., p. 225-226.

Segundo o estatuto de 1813

as meninas que desejavam ingressar como educandas “porcionistas” deveriam ter as seguintes qualidades: 1) serem brancas; 2) não serem menores de 6 anos, nem maiores de 10anos; 3) não terem moléstia contagiosa; 4) trazerem licença do Prelado e sendo órfãs licença do Juiz das Orfãs; 5) trazerem a mobília necessária para seu uso, cama e mais o que a Regente estabelecer; 6) que seus pais assumam a responsabilidade, com todo vestuário, calçado, roupa lavada, livros e quanto for necessário, obrigando-se os mesmos a pagar pensões mensais que o Prelado arbitrar, para todas as Porcionistas em geral, um mês adiantado, obrigando-se igualmente a receber a menina em caso de moléstia, ou solicitavam pagar a este Recolhimento todas as despesas necessárias ao seu curativo.

(...)

... ao completar 15 anos as Porcionistas deverão ser requeridas pelos pais ao Exmo. Rmo. Sr. Arcebispo, para as vir receber. Sendo órfãs ou pobres requererá o Juiz dos Órfãos para as mandar receber. Quando as moças declaram não quererem sair, continuam na casa e chegando aos 20 anos serão admitidas como Recolhidas.²

O ingresso no Recolhimento dos Humildes na condição de recolhida deveria atender aos seguintes requisitos:

1) Ser branca; 2) ter “boa vida” e bons costumes; 3) Saber ler, escrever, cozer, bordar, etc; 4) ter a licença do Prelado; 5) não ser valetudinária e não ter moléstia crônica ou contagiosa; 6) se sujeitar a servir em outros lugares, para onde for nomeada nesta casa; 7) não ser menor de 25 anos ou de 20 anos, no caso de necessidade para servir a cargos; 8) sendo pessoas de bens deve trazer quatrocentos mil réis para o Recolhimento e sendo remediada que traga duzentos mil réis ou alguns móveis que satisfaçam esta quantia, ficando tudo a disposição do Regente. Esta quantia foi aumentada para dois contos de réis a partir de 1897; 9) que seja obrigada a vestir-se enquanto nele estiver.

Cumprindo estes requisitos a pretendente trará do Prelado a sua carta de admissão e a Regente marcará o dia da entrada.

Não pode jamais entrar neste Recolhimento mulher alguma a título de depósito ou de qualquer outro pretexto, só para curar-se de enfermidades conforme regula o Cap. 5 & 13.³

² ANDRADE, Maria José de Souza. *Idem*, p. 232.

³ ANDRADE, Maria José de Souza. *idem*, p. 232-233.

Maria José Andrade concluiu que

ser branca, bem relacionada socialmente e ter um certo poder econômico eram requisitos fundamentais para o ingresso no Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes; que foram negadas duas solicitações de fundação de casas religiosas para “mestiças” e que as recolhidas da elite possuíam servas e escravas nos Recolhimentos.⁴

Sobre a fortuna dos recolhimentos em geral, Maria José Andrade afirmou que:

As fortunas que estas casas conseguiam armazenar eram decorrentes de doações dos seus fundadores ou benfeitores, dotes e heranças de religiosos e legados deixados em testamento por devotos. Por isso tanto os Recolhimentos religiosos quanto o administrativo pela Santa Casa de Misericórdia chegaram a acumular patrimônio e capital vultosos.⁵

Acerca do sentido social dessas instituições Maria José Andrade diz:

Os Recolhimentos femininos religiosos ou seculares atendiam a uma realidade social da época, qual fosse – preservar os valores da classe dominante. Assim, manter as fortunas, os privilégios de cor, as relações de prestígio, a submissão da mulher e o poder da igreja, nos parece ter sido o ideal perseguido por estas instituições. Além disso, observamos que estas instituições reproduzem as relações sociais e a estrutura da sociedade da época abrigando; recolhidas, porcionistas ou extranumerárias, não porcionistas ou numerárias, educandas (ou não) servas brancas pobres da casa ou particulares, escravos africanos ou crioulos da casa ou particulares, etc.⁶

Conforme podemos constatar, as bases para a educação feminina e sua diferenciação da masculina no ocidente encontrada nos estatutos dos Recolhimentos

⁴ ANDRADE, Maria José de Souza. *idem*, p. 233, 234.

⁵ ANDRADE, Maria José de Souza. *idem*, p. 234.

⁶ ANDRADE, Maria José de Souza. *idem*, p. 236.

baianos foram lançadas por Angèle Mérici e a congregação das Ursulinas, fundada em 1536 com um programa comum de ensino para as mulheres: “ler, escrever, trabalho em agulha e instrução religiosa, para formar as boas futuras mães cristãs, na falta de fazer piedosas noviças, cuja instrução tinha uma finalidade eminentemente endógena”.⁷

No século XVII, sob o reinado de Luis XIV, François Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715) publicou “As aventuras de Telêmaco (1694-98) e o “De l’éducation des filles” (1687-1696). Este último, um clássico sobre a educação feminina que repercutiu em Portugal e no Brasil através de traduções para a língua portuguesa, principalmente a realizada por José da Fonseca e pela gaúcha Anna Euquéria Lopes de Cadaval.⁸

Para Fénelon:

a educação das mulheres devia ser exclusivamente moral e particular, não coletiva, mas com finalidade pública, social. A mulher deve ser educada para educar os filhos e governar o lar. Nessa premissa, denuncia a má influência de mães ignorantes e fúteis, da má companhia dos serviçais, que não seriam bons modelos, pois tornavam a criança indolente, fútil, cheia de medos, mentirosas. Sugere uma educação atraente, virtuosa e equilibrada, a partir de bons modelos, os da religião de preferência. Condena o castigo e recomenda penas leves aplicadas em circunstâncias que provoquem na criança a vergonha ou remorso. A educação também devia proporcionar distrações e alguns divertimentos, mas não recomenda rapazes e moças juntos, saídas freqüentes, muitas conversas e especialmente com pessoas de má índole.⁹

Na Bahia a educação das mulheres foi bastante debatida, discussão provocada pela publicação em 1849

⁷ Chassagne. S. *L'éducation des jeunes filles il y a cent ans*. Paris: INRP, 1983, p.10.

⁸ BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Da educação das meninas por Fénelon (1852). *História da Educação RHE*, v.16, n.36, jan./abr. 2012, p. 148.

⁹ BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. *Idem*. p. 150.

das “Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um Cathecismo moral, político e religioso” de autoria de José Lino Coutinho. Publicação póstuma, mas já prevista pelo autor.¹⁰

Segundo Adriana Reis Lino Coutinho compreendia que

tratar apenas da educação física e moral de Cora e da suficiente ilustração do seu espírito, evitando que ela se tornasse uma criatura fraca, perdida e ignorante, não bastava para salvá-la dos perigos advindos do seu sexo. Um outro problema, que deveria ser prevenido, era a pobreza e a miséria em que se podia cair a qualquer momento. Para isso, era preciso que Cora aprendesse alguns daqueles ofícios próprios das mulheres. Com sua habilidade, tendo uma alma bem formada para a virtude e o espírito suficientemente ilustrado, ela estaria pronta em caso de “desgraça”, sem comprometer sua honra, ganhando com o trabalho de suas mãos o pão do cotidiano. Era conveniente que uma mãe de família, mesmo rica, aprendesse todos os trabalhos necessários em uma casa, a que ele dava o nome de indústria doméstica. Cora deveria aprender a “manejar uma agulha, a fazer bailar um fuso, a conduzir um ferro de engomar e a fazer sua cozinha, e disso nenhum pejo ou vergonha deveria ter” (COUTINHO, Carta XXV, p. 94).¹¹

Lino Coutinho traz para a Bahia do século XIX uma discussão que na Europa se desencadeou a partir do século XVIII com o Iluminismo, mas que em Portugal e no Brasil retardou bastante, principalmente a sua aplicabilidade. Definiu Adriana Reis:

O projeto de educação para a elite feminina definido nesse trabalho propunha novos critérios de distinção social, insistindo no caráter prático de sua formação, que incluía o aprendizado da moralidade pública e de novas virtudes sociais, ao mesmo tempo que assegurava o papel “natural” de esposa e mãe, acentuando as desigualdades entre os sexos. Denunciando a educação “má e rotineira”, tradicionalmente

¹⁰ REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000. 262. p. p. 135.

¹¹ REIS, Adriana Dantas. *Idem*. p. 173.

católica, Lino Coutinho, embora reconhecendo que a natureza feminina era “frágil”, considerava a mulher apta ao aprendizado e à ilustração, modelando sua função social, de acordo com as *ideias do século*, como companheira do homem no lar e na sociedade.¹²

A educação feminina entretanto, continuou por todo o século XIX e início do XX sob a responsabilidade da Igreja Católica e o aprendizado das prendas femininas, sobretudo os trabalhos de agulha, era garantido nos conventos e recolhimentos. Os trabalhos que consistem em retábulos de altares interpretados em papel dourado recortados e vazados, com agregação de outros materiais como rendas, laços de fitas, lantejoulas entre outros, conhecidos na literatura como “maquetinas”¹³ e que popularmente são denominados de quadros ou quadrinhos, pertencem ao universo exclusivamente feminino do século XIX.

A técnica fundamental utilizada era própria do domínio das mulheres e ensinada em todo convento, recolhimento e afins, a dos trabalhos de agulha, em que o hábil manejo de tesouras e agulhas permitiu que uma recolhida em algum momento resolvesse confeccionar em papel dourado um retábulo de altar parecido com aqueles que existiam nas inúmeras igrejas baianas. De fato o depoimento de Irmã Maria do Bom Pastor confirma o instrumental utilizado, todo ele próprio da costura, tesouras, boleadores de marfim, carretilha, alfinetes. Os materiais consistiam do papel dourado de procedência

¹² REIS, Adriana Dantas. *Idem*, p. 242.

¹³ FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro Freire. As Maquetinas do Recolhimento dos Humildes; definições, iconografia e tipologia in *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas* [Recurso eletrônico] / Sheila Cabo Geraldo, Luiz Cláudio da Costa (organizadores). - Rio de Janeiro: ANPAP, 2011. p. 2037-2038.



Figura 2 - Maquineta de Nossa Senhora com o menino Jesus – Acervo do Instituto Feminino da Bahia

francesa, de caixas de papelão para a estrutura e goma de tapioca para a colagem das partes.¹⁴ (Figura 2)

¹⁴ Entrevista concedida por Irmã Maria do Bom Pastor (Lizete Marques Amaral), realizada em Oliveira dos Campinhos, Bahia, em 20 de abril de 2013.

Outras realizações, com o mesmo material e técnica, amplamente praticadas no século XIX podem ter influenciado diretamente essa manifestação: as tradicionais toalhas de papel dobrado, cortado com motivos elaborados no ato, de improviso, ou tradicional e quando desdobrado surpreende transformando-se em uma renda de papel com que se cobriam e cobrem prateleiras de armários, mesas, etc. Artesanato típico de Portugal e outros países europeus como a Polônia; e as decorações em papel cortado, armado e colado realizados pelos conventos femininos baianos, que incluía até réplicas em papel de monumentos de Salvador, muito apreciado pelo Imperador D. Pedro II, quando de sua visita à Bahia em 1859.¹⁵

A arte das “maquetinas” era praticada basicamente por irmãs recolhidas, que ensinavam as porcionistas, alunas que pagavam pela educação, ou educandas não pagantes, pelo menos é o que nos informa a Irmã Maria do Bom Pastor (Lizete Marques Amaral), do que vivenciou no Recolhimento de N. Sra. dos Humildes no tempo em que lá viveu, entre 1949 e 1964.¹⁶ A referida informante declarou que havia no Convento dos Humildes algumas irmãs que faziam os quadros, uma proveniente do Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões em Salvador, a Irmã Beatriz Campello, Irmã Angélica Costa do próprio Recolhimento dos Humildes e Irmã Margarida Sá, educada no Convento de N. Sra. do Desterro em Salvador. O trabalho era

¹⁵ PEDRO II. *Diário da Viagem ao Norte do Brasil*, Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1959. p. 259, 302.

¹⁶ Entrevista concedida por Irmã Maria do Bom Pastor (Lizete Marques Amaral), realizada em Oliveira dos Campinhos, Bahia, em 20 de abril de 2013.

solitário, de modo que Irmã Campello o fazia na portaria do convento, porque lá era o seu posto de trabalho, enquanto Irmã Angélica confeccionava os quadros na sua cela.¹⁷

A irmã Maria do Bom Pastor diz não ter lembrança de as irmãs fazerem moldes ou riscos, “faziam de cabeça”¹⁸. Fragmentos dessas rendas, preservados no Instituto Feminino da Bahia, contrariam essa informação, pois no seu verso, na parte branca do papel, é notável a presença de um risco. A complexidade do rendado, a precisão e o diminuto tamanho dos ornatos exigiam esse plano desenhado, à semelhança dos riscos dos bordados. (Figura 3)

Não há no caso das maquetinas uma transposição de modelos, não verificamos nenhuma intenção das freiras do Recolhimento em repetir os tipos de retábulos criados pelos entalhadores nas inúmeras igrejas baianas. Possivelmente a diferença de material e de técnica podem ter determinado a fuga dos modelos e a criação de tipos específicos, compatíveis com os meios, mas essa explicação não exaure o assunto, pois sabemos que, se assim o quisessem, pela técnica do “papier marché”, as freiras conseguiriam replicar as estruturas e ornatos entalhados. Poderiam também fazer com barro. Entretanto, preferiram o uso de um repertório há muito conhecido e praticado nos conventos femininos e nas prendas das mulheres civis, o dos rendados, das flores recortadas, das lantejoulas, contas e das estampas recortadas e coladas.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸ *Idem, ibidem.*



Figura 3 - Fragmento de papéis dourados e rendados, onde se vê no verso de um deles as marcas do desenho.

Há nos retábulos de papel uma observância rigorosa dos preceitos litúrgicos. Os equipamentos e ornatos são reproduzidos com fidelidade, diríamos que até na estrutura, a fuga dos modelos masculinos foi menor, mas

no arremate, a fantasia e os efeitos permitidos pelas armações de arames recobertas de flores e folhas de papel dourado, os rendados e outros materiais agregados garantiam um repertório novo, completamente identificado com o fazer feminino.

A disponibilidade do tipo de material usado na confecção dos altares e a iconografia presente neles nos revelam ser essa arte um produto das transações comerciais do Brasil do século XIX, só possíveis depois da abertura dos portos brasileiros a outras nações, inicialmente à Inglaterra e na segunda metade do século aos Estados Unidos da América e à França, essa última produtora dos papéis dourados, que de tão boa qualidade continuam íntegros, inclusive no brilho e dos santinhos de papel (estampas) popularizadas a partir do aprimoramento das técnicas de impressão dos anos oitocentos. Algumas dessas estampas do século XIX, conhecidas no Brasil como “santinhos” possuíam uma moldura de papel rendado, o que pode ter influenciado no desenvolvimento dessa arte na Bahia, sobretudo nas maquieta, do tipo moldura.¹⁹

Acerca das funções das maquieta, procuramos indícios de que elas supriam uma necessidade devocional, substituindo ou complementando os oratórios domésticos. Até o presente, o que conseguimos apurar nas informações concedidas por Dinorah Oliveira e Padre Sadock é de que essas peças de papel dourado eram colocadas nas paredes dos cômodos da casa para decorar, não eram objetos de devoção como os oratórios, que continham a imagem

¹⁹ FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro Freire. *Idem*, p. 2043.

dos santos e para elas eram acesas velas e realizadas orações. Contudo, não podemos esquecer que no centro dos quadros de papel havia uma estampa de um santo e conforme constatamos de santos da devoção popular e de devoções desenvolvidas no século XIX, as relações religiosas estavam pois asseguradas entre os proprietários e as maquetinas.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Maria José de Souza. Os recolhimentos baianos – seu papel social nos séculos XVIII e XIX, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, n. 90, p. 225-237, 1992.

BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Da educação das meninas por Fénelon (1852). História da Educação RHE, v.16, n.36, jan./abr. 2012.

CHASSANGES, S. L'éducation des jeunes filles il y a cent ans. Paris: INRP, 1983

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro Freire. As Maquetinas do Recolhimento dos Humildes; definições, iconografia e tipologia in Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas [Recurso eletrônico] / Sheila Cabo Geraldo, Luiz Cláudio da Costa (organizadores). - Rio de Janeiro: ANPAP, 2011. p. 2037-2038.

PEDRO II. Diário da Viagem ao Norte do Brasil, Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

REIS, Adriana Dantas. Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000. 262. p.

